



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 79

-----Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Álvaro José Pato Azedo** -----

----- **Vereadores:** ----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina**-----

----- **Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola**-----

----- **André Albino Linhas Roxas**-----

----- **José Francisco Calado Banha**-----

----- **Ana Maria Charrama Farinho**-----

----- **Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lourdes Soares, coadjuvada pela funcionária Célia Patrícia Perfeito Caraça.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata número setenta e sete, referente à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura, realizada em dezassete de junho de dois mil e vinte. -----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Informação do Presidente à Câmara Municipal-----

-----**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO**-----

-----**017920** - Proposta de Aprovação da Minuta Adicional ao Contrato da Empreitada de Reabilitação do Edifício Classificado "Ex-Grémio da Lavoura" a Centro Documental da Oliveira - 4.ª Modificação Objetiva do Contrato-----

-----**027920** - Proposta de Aprovação da Minuta Adicional ao Contrato da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Museu Municipal de Moura e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Reabilitação da Passagem Hidráulica designada por Pontão do Matadouro - 2.^a
Modificação Objetiva do Contrato -----

-----**037920** - Proposta de adjudicação - Concurso Público nº 2/2020 -
Reabilitação de Pavimentos no Concelho de Moura-----

-----**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -

-----**047920** - Proposta - Atribuição de verba para apoio à subsistência no âmbito
da Inclusão e Solidariedade - Ana Cristina Monteiro Paixão-----

-----**057920** - Proposta - Atribuição de verbas no âmbito da Inclusão e
Solidariedade e das Medidas Excecionais e Temporárias relativas à Situação de
Emergência - COVID19 e do Plano de Contingência do Município de Moura
Coronavírus (COVID19) - Cátia Caeiro e Maria Celeste Alves-----

-----**DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO** -----

-----**067920** - Proposta - Acordo protocolar a estabelecer entre a Câmara
Municipal de Moura e ADASA - Associação de Defesa do Património Cultural e
Ambiental de Santo Amador e Associação Recreativa e Cultural "Sol da Vida"-----

-----**DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO
E TURISMO** -----

-----**077920** - Proposta de Aprovação do Projeto de Requalificação das
Instalações Sanitárias da EB 1 da Póvoa de São Miguel-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----O Presidente da Câmara deu início ao Período antes da Ordem do Dia,
cumprimentando todos os presentes, tendo seguidamente passado a palavra ao
vereador José Maria Pós-de-Mina que iniciou a sua intervenção dando conta que no
presente dia se assinalava a passagem dos dez anos da parceria pública com as
Águas do Alentejo, no âmbito do sistema em alta, de águas e saneamento. Lembrou
que, o processo de preparação se tinha iniciado alguns meses antes, ainda no ano
de dois mil e nove, disse ainda que presentemente estaria a decorrer o processo de
revisão realizado de cinco em cinco anos e que pretendia preparar o próximo
quinquénio. Mencionou que, os vereadores da CDU, como força política que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

intrinsecamente tinham estado ligados ao início do processo de parceria, se congratulavam com o mesmo, referiu ainda, existirem alguns aspetos do ponto de vista da melhoria do referido processo, que possam vir a ser melhorados, em conclusão disse que a constituição da referida parceria tinha sido positiva. -----

-----No uso da palavra o vereador André Linhas Roxas, solicitou que lhes fosse facultada uma listagem dos pedidos efetuados, recusados e desistidos interpostos pelos funcionários licenciados com oportunidade de mobilidade inter-carreiras, face ao pedido o Presidente da Câmara transmitiu que os Recursos Humanos fariam chegar a informação solicitada. -----

-----Pedi a palavra a vereadora Ana Maria Farinho para questionar qual o ponto da situação face à publicação na página do Município, das Atas de anteriores mandatos da Câmara Municipal, tendo o Presidente da Câmara respondido não dispor dessa informação, sendo que a mesma seria efetuada pelo Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal o qual era responsável para gestão e organização da referida página. -----

-----Interveio o vereador José Maria Pós-de-Mina, lembrando que no passado dia oito de abril tinham sido aprovadas medidas de apoio às famílias e às empresas no âmbito da Pandemia COVID-19, salientou que de entre as referidas medidas, aquelas que diziam respeito ao serviço de águas e saneamento não tinham tido a concordância dos vereadores da CDU, incidindo a responsabilidade na elaboração da proposta e na aprovação dessas medidas no Partido Socialista e na Câmara Municipal, nomeadamente na medida em causa que isentava do pagamento dos sacos do lixo aos consumidores do sistema de recolha de resíduos PAYT. Observou que a medida criava desigualdade entre os consumidores inseridos no novo sistema de recolha e os outros consumidores, no entanto numa tentativa de corrigir essa medida, tinham sido criadas três situações, na primeira começou a ser cobrada uma tarifa variável de resíduos urbanos, na segunda situação os consumidores perderam os benefícios pelo trabalho de separação seletiva do lixo e por último o benefício criou uma nova desigualdade em virtude de os consumidores estarem a pagar. Nessa medida, inquiriu qual a base legal para a referida decisão, a quem cabia a responsabilidade de revogar uma deliberação da Câmara Municipal e que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

consequentemente viola o artigo 64º do Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública. Acrescentou que pretendiam cópia do documento que sustentou a referida decisão bem como, cópia do documento da divulgação aos munícipes dessa alteração. -----

-----Para dar resposta à intervenção anterior e às questões colocadas o vereador José Banha, fez uma retrospectiva sobre o Projeto PAYT, referindo-se à Zona de implementação, a Zona Histórica da Cidade, as taxas variável e invariável referente às três componentes da faturação do consumo de água. Frisou ainda que o objetivo do projeto era a implementação da recolha seletiva dos resíduos. Sobre a questão da isenção do pagamento dos sacos para a recolha seletiva disse, que essa regra fazia parte da implementação do projeto, nos meses de janeiro e fevereiro, estando previsto que a partir do mês de março os consumidores da zona estabelecida passariam a pagar os sacos, deixando de pagar a tarifa variável indexada ao consumo de água paga por todos os consumidores fora da referida zona de implementação. Clarificou que, devido à parametrização do sistema de faturação a partir do mês de março aos consumidores da zona PAYT deixava de lhes ser cobrada a taxa variável, passando esses a adquirir os sacos para a recolha, no entanto e devido à situação de pandemia não foi possível efetuar a venda dos sacos tendo sido os mesmos distribuídos. Sobre a medida de repor a cobrança da taxa variável na fatura do mês de abril, disse ter sido a forma encontrada para repor a igualdade entre consumidores. -----

-----Interveio, novamente o vereador José Maria Pós-de-Mina para afirmar que a situação criada pela medida de apoio era uma cobrança ilegal de uma tarifa, e que a referida medida que isentava os consumidores do pagamento dos sacos, era um retrocesso ao sistema PAYT, deixando de promover os incentivos aos consumidores da referida zona e estando ainda a violar o artigo 64º do regulamento, e como fundamentação procedeu à leitura do mesmo, concluindo que a tarifa a ser cobrada no sistema de recolha de resíduos porta a porta deveria ser o custo dos sacos. Acrescentou que considerando a medida de apoio, pressupunha-se que a recolha de resíduos porta a porta não estava a funcionar, em virtude de o sistema não estar a ser aplicado, e os consumidores estarem ainda numa fase experimental, sem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

qualquer benefício sendo ainda lesados no pagamento de uma taxa variável superior à que pagariam fora da zona do sistema PAYT. Sobre a questão da desigualdade, afirmou não concordar que alguns consumidores fossem beneficiados face a outros, sugeriu que a medida de apoio promovesse um desconto na faturação dos restantes consumidores, de forma a não existir uma violação do regulamento. Para finalizar, indagou quantos seriam os consumidores abrangidos pelo sistema PAYT. -----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara para clarificar que no que dizia respeito à medida de entrega dos sacos do sistema PAYT, o objetivo principal da mesma não passou pelo benefício dos consumidores da referida zona mas sim na tentativa de evitar que estes se deslocassem aos serviços municipais para adquirir os sacos. Justificou que, devido à pandemia muitas foram as decisões que tiveram de ser tomadas para manter os serviços básicos a funcionar e acautelar situações mais complicadas, assumindo que não sendo unânimes foram as decisões possíveis face à situação que se viveu no mês de março. -----

-----Interveio o vereador José Banha para clarificar que, embora o sistema PAYT tivesse sido iniciado no presente mandato, o processo tinha sido preparado pelo anterior executivo, no qual foram definidas todas as linhas de funcionamento do mesmo tal como o valor a cobrar pelos sacos. Reafirmou que a situação pandémica que assolou o país obrigou a tomar medidas, sendo que a medida possível no que dizia respeito ao sistema de recolha de lixo na zona histórica da cidade, foi o alargamento do prazo para a entrega dos sacos de forma gratuita e a reposição da tarifa variável na fatura para repor a igualdade entre todos os munícipes. Para terminar, destacou de entre o número de consumidores, cujo número poderiam confirmar com a Divisão Administrativa, a única reclamação que tinha chegado aos serviços tinha sido subscrita pelo munícipe José Maria Pós-de-Mina. -----

-----Usou novamente da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina, e sustentou a sua posição de que o serviço do sistema PAYT não estava a funcionar devidamente, através de um comunicado realizado pela Câmara Municipal nesse âmbito aos consumidores abrangidos pelo referido sistema. Para finalizar voltou a referir que gostariam que as questões colocadas fossem respondidas, nomeadamente, qual a base legal para a decisão, quem tomou a referida decisão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

cópia do documento que a sustentou e ainda cópia do documento da divulgação da mesma aos munícipes, ao que o Presidente da Câmara respondeu que as questões seriam respondidas por escrito.-----

-----Pedi a palavra o vereador André Linhas Roxas, para no âmbito das medidas de apoio às famílias e as empresas aprovadas no mês de abril, questionar qual o ponto da situação sobre a configuração dos programas PRATA e FAMA. -----

-----Em resposta o Presidente da Câmara, afirmou que, tal como era do conhecimento dos vereadores os referidos programas eram de apoio ao investimento não contemplando a reestruturação das empresas. Após discussão interna e pela questão de não desvirtuar os mesmos pretendiam criar um fundo de emergência empresarial, diferenciado das medidas a aplicar pelo Governo, e que fosse aplicável à situação atual. Propôs que os vereadores da CDU, se assim o entendessem, colocassem sugestões e propostas nesse âmbito, para a criação de medidas específicas e adaptadas à realidade do concelho, com vista a suprimir as dificuldades dos empresários, presentes e futuras, não se vislumbrando que a situação causada pela pandemia tivesse um breve fim. -----

-----Retomou a palavra o vereador André Linhas Roxas, que acrescentou que a questão colocada vinha na sequência do que tinha sido debatido na sessão da Assembleia Municipal, lembrou ainda que aquando da votação das propostas de apoio, a proposta de reestruturar os programas com vista ao apoio aos empresários no âmbito do COVID-19, tinha sido aprovada por unanimidade, fazendo sentido assim ser colocada em prática. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que estavam disponíveis para a apresentação e debate de medidas concretas, que as mesmas tivessem a base legal para serem trabalhadas e regulamentadas, para que, com legalidade fossem atribuídos os apoios financeiros. Reafirmou que os programas, PRATA e FAMA, foram analisados e discutidos com os técnicos, concluindo-se que os mesmos não seriam uma resposta viável às dificuldades criadas pelo COVID-19, fazendo sentido mante-los como medida de apoio ao investimento empresarial no concelho. Frisou que estavam disponíveis para a discutir e amadurecer propostas concretas em parceria com os vereadores da CDU, para a criação de um instrumento de apoio à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

reestruturação das empresas, à semelhança do que tinha sido feito a nível social, em que foi estabelecido um sistema de apoio ao qual tem vindo a recorrer famílias em dificuldades, nomeadamente famílias de empresários e comerciantes e que devido à situação da pandemia perderam os seus rendimentos. Deu conta de reuniões realizadas com diversas entidades do meio social, nas quais foram apresentadas as medidas de apoio criadas pela Câmara Municipal, bem como aquelas implementadas pelo governo, por considerarem importante existir um levantamento de todos os mecanismos de apoio, o que possibilitaria ainda que a Câmara colmatasse algumas situações esquecidas com um mecanismo que pudesse dar novas respostas de apoio. -----

-----Interveio o vereador André Linhas Roxas, para lamentar o facto de terem tido conhecimento de forma lateral, não tendo sido informados, que após a análise aos programas, o executivo do Partido Socialista tinha entendido que aquilo que tinha sido aprovado não era viável, frisou que por uma questão de partilha e cooperação, postura que defendiam, deveriam ter sido informados dessa análise. Sobre as propostas de apoio, lembrou que algumas delas foram desdobradas, em virtude de não existir consenso na sua aprovação, no entanto a proposta em causa, que foi apresentada e construída de forma refletida e explanava medidas concretas, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Sobre a questão da informação que o executivo não tinha prestado aos vereadores da CDU, no âmbito da proposta de alteração aos programas, o Presidente da Câmara disse que o facto de a mesma ter sido colocada na sessão da Assembleia Municipal não se tratava de uma questão lateral. Acrescentou que a referida questão poderia ter sido colocada numa anterior reunião de Câmara ou até mesmo de forma informal, considerando que passado mais de metade do mandato, as questões colocadas tinham sido sempre respondidas. Sobre o acolhimento das medidas de apoio propostas pelos vereadores, esclareceu que, muitas delas já estavam a ser postas em prática ainda antes da situação de pandemia, disse ainda que devido ao agravamento da situação económica causada pela doença COVID-19, o leque de medidas criado não estava encerrado, fazendo sentido que fossem introduzidas novas medidas em conformidade com as necessidades que fossem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

surgindo. Destacou ainda que acolheriam com agrado a apresentação de novas propostas.-----

-----Sobre o tema de alteração dos programas o vereador José Maria Pós-de-Mina, salientou que o objetivo não passava por desvirtuar os referidos programas, lembrou que tinham profundo conhecimento sobre esses, sendo que tinham sido implementados durante mandatos da CDU, nomeadamente o programa FAMA que surgiu de uma parceria do Banco Espírito Santo com vários municípios enquanto o programa PRATA teve a sua origem numa colaboração da Caixa Agrícola com a Câmara Municipal de Moura e que tinha características e aspetos diferentes do outro programa. Afirmou que a proposta de alteração apresentada pretendia, adaptar o referido programa permitindo que num dos itens fosse possibilitado o apoio a empresas que precisassem de recorrer a reestruturação, com o apoio do recurso a crédito através da entidade parceira do programa, observou que a referida medida não invalidava outros instrumentos de apoio quer os promovidos pelo Governo quer pelo Município. Frisou que por uma questão de legalidade, e por entendimento do executivo, não foi dado cumprimento à deliberação aprovada por unanimidade, logo deveria ter existido revogação da mesma.-----

-----Em resposta o Presidente da Câmara reafirmou a intenção da criação do fundo de emergência empresarial, bem como de outros instrumentos de apoio que fossem propostos para análise e discussão.-----

-----A vereadora Ana Maria Farinho questionou quais as iniciativas levadas a cabo para a remoção do amianto nos equipamentos municipais, considerando que estava a decorrer a campanha para a remoção do amianto. Sobre esta questão o Presidente da Câmara respondeu que segundo as informações que dispunha a campanha em causa estava direcionada para a escola pública, logo o equipamento municipal sinalizado para esse efeito, a Escola Profissional, não se enquadrava na campanha, ficando a cargo do município realizar a remoção da substância no futuro, sendo que estariam previstas algumas intervenções no equipamento, mas não nesse âmbito.-----

-----Pedi a palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina para colocar algumas questões sobre o setor das águas, a primeira questão dizia respeito à substituição



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de contadores e nesse âmbito questionou quais os tipos de contadores que iriam ser utilizados no processo, tendo que conta que empresas e entidades gestoras estariam a avançar com o contador de bateria. Questionou também qual a posição do executivo face a oportunidade criada pela legislação especial adotada no âmbito do COVID-19, na qual foi criada uma espécie de acordo de regularização de dívida que permitem o pagamento de cinquenta por cento das faturas referentes aos meses de abril, maio e junho a mais de vinte anos. -----

-----Interveio o vereador José Banha que no que dizia respeito à questão de substituição dos contadores de água explicou ter sido feito um levantamento ao universo dos nove mil equipamentos, onde se constatou que cerca de mil e cem teriam de ser substituídos, após avaliação dos recursos internos e em consequência do número elevado de equipamentos a substituir, optaram por contratar uma prestação de serviço para o efeito, acrescentou que os contadores substituídos são semelhantes aos que foram retirados. Sobre a segunda questão colocada, mencionou que mantinham o Acordo de Regularização de Dívida estabelecido com a AgdA, enquanto aguardavam que estivesse concluído o processo de cessão de créditos para o BEI – Banco Europeu de Investimento pela ADP – Águas de Portugal, negociação que, devido à situação epidemiológica que deflagrou pela Europa, foi interrompida. Explicou que do agendamento dos pagamentos estabelecidos pelo Acordo com a AgdA, decorriam sem atraso, encontrando-se regularizado o mês de fevereiro, estando apenas pendente o pagamento referente ao mês de março. Sobre a possibilidade de deferimento das faturas possibilitada pela legislação especial adotada no âmbito do COVID-19, disse que entendiam não recorrer a esse deferimento e pretendiam realizar o pagamento das faturas dentro dos prazos estabelecidos. -----

-----No seguimento da reunião os vereadores procederam à entrega de vários pedidos de informação, sendo o primeiro (Doc.Nº4/2020), entregue pelo vereador André Linhas Roxas a solicitar informação discriminada sobre as despesas incorridas com a Pandemia COVID-19, nomeadamente despesas com testes, e cópia da documentação relativa ao procedimento de contratação; a vereadora Ana Maria Farinho solicitou a entrega das fichas do Município obtidas através da DGAL,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

relativas ao último trimestre dos anos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, bem como do primeiro trimestre de dois mil e vinte (Doc.Nº3/2020); seguidamente o vereador José Maria Pós-de-Mina solicitou a entrega dos Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa, Balancete das Grandes Opções do Plano, e ainda listagem completa das dívidas a terceiros, sendo todos os documentos reportados às datas de trinta e um de março, trinta de abril, trinta e um de maio e trinta de junho todos do ano de dois mil e vinte (Doc.Nº2/2020); prosseguiu o vereador André Linhas Roxas para solicitar informação relativa à Comoiprel, nomeadamente listagem das pessoas ao serviço, com indicação da respetiva situação contratual, reportada à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois e dezanove e trinta e um de maio de dois mil e vinte (Doc.Nº5/2020); a vereadora Ana Maria Farinho entregou o último pedido de informação, (Doc.Nº6/2020), a solicitar informação atualizada sobre os projetos com financiamento dos fundos comunitários e outras fontes de financiamento externa. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO -----

-----Foi presente resumo diário n.º 109, da Tesouraria, referente ao dia 30/06/2020, que regista um saldo de 682.569,27€ (seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove euros e vinte e sete cêntimos), em Operações Orçamentais. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----Votação da ata da reunião anterior -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente para aprovação a Ata número setenta e sete, referente à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura, realizada em dezassete de junho de dois mil e vinte.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA NÚMERO SETENTA E SETE, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, REALIZADA EM DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.** -----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----**Informação do Presidente à Câmara Municipal**-----

-----Foi presente informação sobre as atividades desenvolvidas pelo Presidente e pelos vereadores do PS. -----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO**-----

-----**Proposta de Aprovação da Minuta Adicional ao Contrato da Empreitada de Reabilitação do Edifício Classificado "Ex-Grémio da Lavoura" a Centro Documental da Oliveira - 4.ª Modificação Objetiva do Contrato**-----

-----**017920**

-----Foi presente proposta da Divisão de Gestão Financeira e Património para aprovação da minuta adicional ao Contrato da Empreitada de Reabilitação do Edifício Classificado "Ex-Grémio da Lavoura" a Centro Documental da Oliveira referente à 4ª Modificação Objetiva do mesmo.-----

-----**DELIBERADO POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A MINUTA ADICIONAL AO CONTRATO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO CLASSIFICADO "EX-GRÉMIO DA LAVOURA" - CENTRO DOCUMENTAL DA OLIVEIRA, REFERENTE À 4ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO MESMO.**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Proposta de Aprovação da Minuta Adicional ao Contrato da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Museu Municipal de Moura e Reabilitação da Passagem Hidráulica designada por Pontão do Matadouro - 2.^a Modificação Objetiva do Contrato**-----

-----**027920**

-----Foi presente proposta da Divisão de Gestão Financeira e Património para aprovação da minuta adicional ao Contrato da Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Museu Municipal de Moura e Reabilitação da Passagem Hidráulica designada por Pontão do Matadouro referente à 2.^a Modificação Objetiva do mesmo.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA ADICIONAL AO CONTRATO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO MUSEU MUNICIPAL DE MOURA E REABILITAÇÃO DA PASSAGEM HIDRÁULICA DESIGNADA POR PONTÃO DO MATADOURO, REFERENTE À 2.^a MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO MESMO.**-----

-----**Proposta de adjudicação - Concurso Público nº 2/2020 - Reabilitação de Pavimentos no Concelho de Moura**-----

-----**037920**

-----Foi presente proposta da Divisão de Gestão Financeira e Património para abertura do procedimento do Concurso Público nº 2/2020 referente à Reabilitação de Pavimentos no Concelho de Moura.-----

-----**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NO CONCELHO DE MOURA, À EMPRESA SENPAPOR – CONSTRUÇÕES & OBRAS PÚBLICAS, LDA., PELO MONTANTE DE 158.569,70€ € (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E SESENTA E NOVE EUROS E SETENTA CÊNTIMOS) + IVA, COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 60 DIAS, PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS UM PRAZO DE CINCO DIAS E AINDA A MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO N.º 02/2020 DE 29/06/2020.**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -

Proposta - Atribuição de verba para apoio à subsistência no âmbito da Inclusão e Solidariedade - Ana Cristina Monteiro Paixão

047920

No âmbito da Inclusão e Solidariedade, decorrente de uma situação de emergência social, foi presente proposta da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social para atribuição de verba ao agregado familiar da requerente Ana Cristina Monteiro Paixão.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE VERBA, NO VALOR DE 500€ (QUINHENTOS EUROS), À REQUERENTE ANA CRISTINA MONTEIRO PAIXÃO, ENQUADRADO-SE O REFERIDO APOIO NO ARTIGO 6º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL.

Proposta - Atribuição de verbas no âmbito da Inclusão e Solidariedade e das Medidas Excepcionais e Temporárias relativas à Situação de Emergência - COVID19 e do Plano de Contingência do Município de Moura Coronavírus (COVID19) - Cátia Caeiro e Maria Celeste Alves

057920

No âmbito da Inclusão e Solidariedade e das Medidas Excepcionais e Temporárias relativas à Situação de Emergência - COVID19 e do Plano de Contingência do Município de Moura Coronavírus (COVID19), foi presente para aprovação a proposta da Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social para atribuição de verba às requerentes, nos termos e com os fundamentos constantes na proposta em anexo.

DELIBERADO POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE VERBA NO VALOR DE 500,00€ (QUINHENTOS EUROS), ÀS REQUERENTES: CÁTIA PATRÍCIA SALVADOR CAEIRO E MARIA CELESTE LOPES ALVES PELO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PERÍODO DE DOIS MESES, NO ÂMBITO DAS MEDIDAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS RELATIVAS À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA - COVID19.-----

-----DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO E DESPORTO -----

-----Proposta - Acordo protocolar a estabelecer entre a Câmara Municipal de Moura e ADASA - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental de Santo Amador e Associação Recreativa e Cultural "Sol da Vida"-----

-----067920

-----No âmbito do Movimento Associativo foi presente proposta da Divisão de Cultura, Património e Desporto para aprovação de Acordo protocolar a estabelecer com a e ADASA - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental de Santo Amador e Associação Recreativa e Cultural "Sol da Vida". -----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A CELEBRAÇÃO DE ACORDO PROTOCOLAR A ESTABELECER ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A ADASA - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE SANTO AMADOR E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL "SOL DA VIDA". -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E TURISMO -----

-----Proposta de Aprovação do Projeto de Requalificação das Instalações Sanitárias da EB 1 da Póvoa de São Miguel-----

-----077920

-----Foi presente proposta da Divisão de Planeamento, Gestão Urbanística, Planeamento e Turismo para aprovação da Projeto de Requalificação das Instalações Sanitárias da EB 1 da Póvoa de São Miguel-----

-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA EB 1 DA PÓVOA DE SÃO MIGUEL, REFERENTE A ARQUITETURA E ESPECIALIDADES DE ÁGUAS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

E ESGOTOS, NO VALOR DE 31.926,62€ (TRINTA E UM MIL, NOVECENTOS E VINTE E SEIS EUROS E SESSENTA E DOIS CÊNTIMOS) + IVA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS CONSTANTES NA INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº4173/2020-DPGUIT. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO-----

-----Neste período não se registaram intervenções.-----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário.-----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 1 de julho de 2020

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____

